



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
**Secretaria do Planejamento e Gestão**  
**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE**

**ATA 5ª REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ PforR**

**Data:** 25/06/2014 **Início:** 14:00 **Duração:** 2:00 **Término:** 16:00 **Local:** Auditório Inhamuns SEPLAG

Quadro de Presença			
ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
COORDENAÇÃO PforR	Ana Cristina Medeiros	Coordenadora PforR - Titular	OK
	Laura Carolina Gonçalves	Técnica de Monitoramento e Controle	OK
	Fabiana Silva de Castro	Técnica Suporte Operacional e Logístico	OK
	Heloísa Simone Silva Cunha	Técnica	OK
ADECE	Francisco das Chagas Soares	Titular	-
	Cecy de Castro	Suplente	-
	Alyne Canamary	Representante	OK
	Cláudio Frota	Representante	OK
ARCE	Alexandre Caetano da Silva	Titular	OK
	Alceu de Castro Galvão Júnior	Suplente	-
CAGECE	Silvia Maria Cortonesi Cela	Titular	-
	Carlos Rossas Mota Filho	Suplente	OK
CEDE	Marilda dos Santos Rocha	Titular	OK
	Gotardo Gurgel Gomes Júnior	Suplente	-
CGE	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	Titular	OK
	Antônio Marconi Lemos da Silva	Suplente	-
	Fernanda Diniz	Representante	OK
CIDADES	Edmundo Olinda Filho	Titular	OK
	Tércia Maria Pinheiro Martins	Suplente	-
COGERH	A definir	Titular	-
	João Lúcio Farias de Oliveira	Suplente	-
	Adahil Pereira de Sena	Suplente	-
	Fábio Leite de Araújo Lima	Representante	OK
	Francisco Robério	Representante	OK
	Sarah Furtado	Representante	OK
CONPAM	Maria Dias Cavalcante	Titular	-
	Marcos Aurélio Soares Pereira	Suplente	OK
	José Wilton Soares	Representante	OK
FUNCEME	Francisco Hailton Araripe Rios	Titular	OK
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	OK
IPECE	Victor Hugo	Suplente	-
	Nicolino Trompieri	Representante	OK
	Giuseppe Furtado Nogueira	Representante	OK
	Viviane Ramos da Costa	Representante	OK
PGE	Antônia Tânia Trajano Bezerra	Titular	OK
	Mary Ane Vale Ferreira	Suplente	OK
	Fernando Antônio Grangeiro	Representante	OK
SECITECE	Almir Bittencourt da Silva	Titular	-
	Luiz Carlos Mendes Dodt	Suplente	OK
	Lene Simone Malveira Peixoto	Suplente	OK
SEDUC	Lucidalva Pereira Bacelar	Titular	OK
	Andréa Araújo Rocha Nibon	Suplente	OK
	Maria Eneida Machado Maia	Suplente	OK
	Maria Celena Skeff M. de Oliveira	Representante	OK
SEMACE	Tiago Bessa Aragão	Titular	OK
	José Maurício Mendes Giffoni	Suplente	-
SEPLAG	Francisco Aduino Oliveira	Titular	OK
	Marcos Medeiros Vasconcelos	Suplente	-
	Naiana Corrêa Lima	Suplente	-
	Avilton Júnior	Representante	OK
SESA	Vera Maria Câmara Coelho	Titular	OK
	Ana Márcia Rodrigues	Suplente	OK
SRH	Paulo Miranda Pereira	Titular	OK
	Ramon Flávio Gomes Rodrigues	Suplente	-
	Denilson Marcelino Fidelis	Representante	OK
STDS	Sebastião Lopes	Titular	OK
	Mary Anne Libório P. Ribeiro	Suplente	-
	Rosilene Ribeiro	Suplente	-
	Márcia Dutra	Representante	OK
TCE	Giovanna Augusta Moura Adjafre	Titular	-
	José Auriço Oliveira	Representante	OK

## INTRODUÇÃO

Às 14h00min, no Auditório Inhamuns da SEPLAG, Cristina Medeiros - IPECE iniciou a reunião. Seguiu-se com a apresentação em *Power Point*<sup>1</sup> cuja pauta está apresentada abaixo:

- I. Abertura e apresentação dos participantes;
- II. Assuntos Relevantes informados pela UGP:
  1. Resultado da Primeira Missão de Supervisão;
  2. Plano de Ação e Finalização das Reuniões de Disseminação;
  3. Decreto de Criação e Regimento Interno do Comitê PforR;
  4. Publicação da Manifestação de Interesse site das Setoriais e do IPECE;
  5. MI ser Publicada sem TR e três propostas - PGE;
  6. Cronograma de Reuniões;
- III. Monitoramento dos Programas, Indicadores e Projetos de Assistência Técnica por Setorial - Posição em Abril 2014;
  1. Sumário do cumprimento dos Indicadores;
  2. Sumário da execução Orçamentária dos Programas;
  3. Sumário da realização dos Projetos de Assistência Técnica;
- IV. Encaminhamentos.

### I. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Cristina Medeiros – IPECE apresentou os novos membros da UGP: Heloísa Simone ficará responsável na área de gerenciamento financeiro e fará o acompanhamento dos programas, desembolsos, elaboração do relatório IFR, com o auxílio da SEPLAG, e todas outras responsabilidades conforme está descrito no Decreto de criação da UGP; dois convidados Giuseppe Nogueira e Viviane Costa que serão os Consultores Individuais, conhecedores das licitações pelas regras do Banco e darão suporte prestando serviços às setoriais na área de aquisições. Explicou que o processo licitatório dos Consultores está na fase final, a reunião de negociação já foi realizada, mas o contrato ainda não foi assinado. Informou que eles foram convidados para o conhecimento do Comitê e a previsão do início de suas atividades é em julho. Informou também que vai tirar uma semana de férias a partir da próxima semana e o Jimmy Oliveira ficará como responsável pela coordenação da UGP.

#### 1. Resultado da Primeira Missão de Supervisão do *PforR* (02/06/2014 – 06/06/2014)

Cristina Medeiros – IPECE perguntou ao grupo se gostariam de fazer alguma colocação sobre a Missão, as discussões e os resultados.

Adauto Oliveira – SEPLAG informou que seria importante obter da Cristina Medeiros (IPECE) qual foi a percepção do Banco com relação ao andamento do Projeto.

Edmundo Olinda – CIDADES solicitou que encaminhassem para o grupo os resultados da Missão para que seja analisado e avaliado.

Cristina Medeiros – IPECE iniciou seus comentários informando que a Missão tinha duração prevista para quatro dias, mas ocorreram reuniões com o Especialista da Sustentabilidade

---

<sup>1</sup> Apresentação disponível no site:

[http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao\\_Reuniao\\_Comite\\_PforR\\_25\\_06\\_14.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Reuniao_Comite_PforR_25_06_14.pdf)

Ambiental até a segunda da semana seguinte. Informou que foi feita uma proposta ao Banco para que durante as Missões de Supervisão se possa alinhar a participação do Gerente do Projeto, Tom Kenyon com a dos Especialistas. e com a reunião de finalização da Missão com o Secretário da SEPLAG. Informou também que o Tom Kenyon não enviou ainda a Ajuda Memória, pois não recebeu as informações dos Especialistas, mas a Especialista na área de Gerenciamento Financeiro Susana Amaral já enviou seus comentários e a UGP fez algumas revisões. Reforçou que após receber a Ajuda Memória, ela será enviada a todos. Em relação a sinalização amarela dos indicadores da SEPLAG, o entendimento com o Banco Mundial foi de que quando SEPLAG conseguir cumpri-los o desembolso será efetivado. Ressaltou ainda que essa flexibilidade também pode ser estendida para qualquer outro indicador. Divulgou que, em relação aos projetos de assistência técnica, percebeu que havia uma preocupação do Banco no sentido de dar maior celeridade, porque existia uma quantidade muito grande de termos de referências ainda com os Especialistas. Explicou novamente o procedimento do fluxo de informações entre UGP, Setoriais e BM: as setoriais enviam as informações à UGP, a UGP envia para o Gerente do Projeto que envia para os Especialistas da área que, após análise e revisão, devolvem ao Gerente e este retorna à UGP para envio às setoriais. Explicou também que esse procedimento serve para controle e monitoramento tanto da UGP quanto do Banco.

Cristina Medeiros – IPECE relatou que durante a Missão o Gerente do Projeto informou que houve uma mudança no Especialista da Gestão Pública: Laura Zoratto vai ficar responsável pelo projeto de investimento e o projeto de GPR; Tiago Peixoto será o responsável na área da participação cidadã; Evelyn Levy vai ser a nova Consultora e ficará responsável na área da gestão estratégica de pessoas. Informou que o Especialista na área de Sustentabilidade Ambiental apesar de está bastante atrasado, já analisou e devolveu alguns projetos com sugestões e não objeções. Informou também que foi discutida uma nova Missão do Banco para início de Outubro, logo após as eleições, visto que o cenário político estaria bem claro.

Cristina Medeiros – IPECE informou que durante a reunião com o Secretário da SEPLAG foi discutido sobre o Comitê de Segurança Hídrica, pois o mesmo tinha parado com as suas reuniões temporariamente, mas que já retomou no dia 16/06/2014 com a participação dos Especialistas Gunars Platais e Erwin de Nys e também o Presidente do Comitê da Seca, Nelson Martins, pois no ponto de vista do Banco, o Comitê de Segurança Hídrica e o Comitê da Seca precisam se comunicar.

Cristina Medeiros – IPECE finalizou sua fala informando que, no seu ponto de vista, a Missão de Supervisão do Banco Mundial foi positiva e esclareceu que no tocante às Assistências Técnicas, o estado estava bastante proativo, realizando todos os seus projetos e por fim questionou se alguém teria algum comentário sobre a reunião para reciclar o curso com o Fred Rabello.

Fernanda Diniz – CGE informou que a única dúvida que restou foi saber se a PGE vai aceitar ou não a questão das três propostas, visto que não ficou bem definido e o Sr. Fernando Grangeiro (PGE) ficou de conversar com o Procurador Geral. A PGE continua exigindo, apesar da Especialista em Licitações ter, naquela reunião, dito que não era necessário.

Cristina Medeiros – IPECE informou que a PGE ainda não estava presente na reunião, mas que haverá um momento para retomar essa discussão. Informou também que o Fred Rabello

se colocou à disposição da UGP e que se for necessário vai convidá-lo novamente para retirar dúvidas.

## **2. Plano de Ação e Finalização das Reuniões de Disseminação**

Cristina Medeiros – IPECE informou que encerrou as visitas de disseminação do *PforR* nas dezenove setoriais envolvidas e que todas as informações estão no site do IPECE. Em relação ao Plano de Ação, informou que está aguardando o contato do Banco para conseguir uma videoconferência com o Especialista Alberto Costa, que em 2012 e 2013, juntamente com Gunars Platais e outros Especialistas, veio fazer a avaliação dos riscos sociais e ambientais. Lembrou que há a necessidade de discussão interna nas setoriais das ações propostas pelo Banco Mundial.

## **3. Decreto de Criação e Regimento Interno Comitê *PforR***

Cristina Medeiros – IPECE reforçou que foi entregue uma cópia do Decreto de Criação do Comitê Nº 31.493, publicado no dia 16/06/2014, como também a minuta do regimento interno. Lembrou que a minuta já fora encaminhada por e-mail e que recebeu algumas contribuições. Explicou que a Coordenação tentou incorporar as observações e que o objetivo da reunião de hoje é tentar discutir e aprovar o referido regimento.

Alexandre Caetano – ARCE informou que não tinha nenhuma observação a fazer.

Paulo Miranda – SRH sugeriu que todos fizessem os destaques e depois cada um apresentava suas observações.

Carlos Rossas – CAGECE informou que no Artigo 11º § 1 “*Será considerada aprovada a matéria que obtiver a maioria simples dos votos de todos os Titulares ou Suplentes, quando estiverem representando os Titulares, cabendo à Coordenação Executiva, em caso de empate, o voto de qualidade*”, não ficou claro se ‘todos os Titulares ou Suplentes’ é o total que participa do Comitê ou somente os que estiverem presentes na reunião. Como foi usada a palavra ‘todos’ dá uma ideia de que mesmo não estando presente, participaria da votação. Outra dúvida é se nem o Titular ou Suplente participar da reunião, o representante teria o poder do voto, pois no regimento fala que na ausência dos dois, a setorial poderia enviar um representante.

Marilda Rocha – CEDE informou que quanto à questão do substituto no artigo 7º ‘*A UGP deverá ser informada pelos membros do Comitê, quando da possível ausência do Titular e do Suplente concomitantemente, esses devem indicar um substituto para participar da reunião, que poderá substituí-lo em sua plenitude e deverá estar a par do andamento de todos os Indicadores, Programas e Projetos sob a responsabilidade da Setorial que representa*’ menciona o termo plenitude. Entende-se que se é plenitude, então tem direito à voto.

Paulo Roberto – CGE pediu desculpas pelo atraso. Informou que sobre o quórum mínimo é preciso que seja explicitado e citou como exemplo metade mais um dos representantes, sendo dez. Informou também que sobre as deliberações por maioria simples, ou maioria absoluta também deve ser explicitado. Explicou que a maioria simples, normalmente é calculada em relação ao quórum mínimo e exemplificou que se tiverem dez como quórum mínimo, então a

maioria simples seria seis (metade mais um). Por fim, em sua opinião, se não tiver a presença do Titular ou Suplente, o representante não tem direito a voto, pois assim é feito nas reuniões do Comitê de Secretários Executivos.

Carlos Rossas – CAGECE informou que por mais que o representante esteja a par do que se passa na sua setorial, de repente, pelo fato dele não participar de todas as reuniões, talvez as discussões mais amplas ele não teria tal conhecimento para tomar uma decisão. Sendo assim, concordou na posição do representante não ter o direito a voto.

Vera Coêlho – SESA lembrou que o Titular e o Suplente serão indicados pelo Gestor Máximo da instituição e estes, por meio de uma portaria, passam de fato a representar legalmente a instituição.

Paulo Miranda – SRH informou que seria normal se a composição do Comitê estivesse colocada como representante o Titular e Suplente, ou seja, pode-se ter a compreensão de que o Comitê será formado por representante da instituição. Informou também que deve ser definido de forma objetiva, positivar que representante da Instituição perante o Comitê é o Titular e Suplente. Na minuta ficou bastante aberto de tal forma que pode mandar qualquer pessoa.

Paulo Roberto – CGE informou que o corpo do Decreto está bem mais claro. De acordo com o Artigo 2º do Decreto *‘O Comitê terá a coordenação executiva do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE e será constituído pelos Titulares e Suplentes, indicados pelos dirigentes máximos, dos seguintes Órgãos Estaduais’*, torna objetivo o que o Paulo Miranda (SRH) está discutindo.

Carlos Rossas – CAGECE informou que de acordo com o Artigo 14º *‘Este regimento poderá ser alterado por deliberação de 2/3 dos membros do Comitê PforR’* também é similar, ou seja, o termo dois terços dos membros do Comitê não informa se é Titular ou Suplente ou Titular e Suplente, dando a entender que os dois poderiam votar.

Cristina Medeiros – IPECE expôs o seu entendimento: seria considerado um voto por setorial; os representantes seriam o Titular e Suplente; o quórum seria a metade mais um.

Cláudio Frota – ADECE pediu para verificar o Artigo 13º Inciso XVI *“São atribuições dos Membros do Comitê: ‘Assegurar que o substituto do Titular e/ou Suplente em uma determinada reunião tenha o conhecimento da posição de cada Indicador, Projeto e Programa, sob a responsabilidade da setorial que representa, e possa realizar o acompanhamento dos mesmos”*.

Cristina Medeiros – IPECE explicou que o Comitê é de monitoramento e que existirá instância que será preciso de uma votação, mas há o monitoramento, supervisão do projeto como um todo e cada setorial tem parte na prestação de contas para com todos sobre o que acontece com seus indicadores, projetos de assistência técnica e programas. Uma grande parte do trabalho do Comitê é o monitoramento e reforçou que a colocação do Cláudio Frota (ADECE) em relação a esse item não cabe para o voto, mas cabe se, alguém tiver de férias e o outro está doente, uma pessoa que tenha o conhecimento dos seus projetos, indicadores e projetos de assistência técnica possa participar do Comitê e dar uma satisfação nesse acompanhamento e monitoramento. Apresentou ao grupo o Cláudio Frota (ADECE) que é novo

no Comitê. Esclareceu também que esse modelo de Comitê foi criado em outro programa conhecido como SWAp e que tem sido uma prática exportada para outros projetos.

Paulo Miranda – SRH informou que está tendo dificuldades no título do Artigo 13º ‘*São atribuições dos Membros do Comitê*’, pois indaga se são atribuições dos membros do Comitê ou se são atribuições do Comitê. Informou que entende que são atribuições do Comitê. Outro ponto que gerou dúvida é que no regimento se o Comitê poderia deliberar sobre sua atribuição.

Paulo Roberto – CGE fez referência ao Artigo 1º do Decreto ‘*Fica criado o Comitê PforR Ceará com o objetivo de atuar ao longo de toda a duração do Projeto PforR Ceará de modo a assegurar que as metas acordadas com o Banco Mundial sejam cumpridas, os desembolsos sejam efetivados e os resultados alcançados*’ e o Artigo 3º ‘*O Comitê funcionará conforme regimento próprio elaborado de forma participativa por seus membros*’ e informou que naturalmente o regimento vai detalhar o grande objetivo descrito no artigo primeiro, então de fato cabe ao Comitê discutir de forma participativa e deliberar quais são as competências, nossas enquanto integrante do Comitê para fazer com que o objetivo maior seja cumprido.

Paulo Miranda – SRH questionou se na compreensão do Paulo Roberto (CGE) o regimento interno seria uma regulamentação do Artigo 1º.

Paulo Roberto – CGE confirmou.

Hoilton Rios – FUNCEME questionou se a indicação seria por portaria e quem assinaria a portaria.

Cristina Medeiros – IPECE explicou que a portaria ainda não foi feita, pois a publicação da criação do Comitê ainda não tinha sido efetivada, mas ficou de verificar junto à assessoria jurídica da SEPLAG, visto que nos projetos anteriores (SWAp), a portaria era assinada pelo Secretário da SEPLAG, na qual a UGP está vinculada e o projeto está coordenado. Reforçou que a portaria é feita mediante indicação por Ofício assinado pelos Gestores Máximos.

Avilton Júnior – SEPLAG questionou se pode fazer alguma alteração no Decreto, caso haja algo a ser incrementado, se for necessário e se for importante. Explicou que tem como modelo o Decreto de criação do Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal (COGERF) e no referido Decreto fala sobre as competências e as quais são mencionadas no regimento interno. Informou que é leigo sobre o conhecimento das leis, mas acredita que uma coisa é o objetivo do Comitê, para que ele foi criado e outra coisa é saber quais são as competências do Comitê e como se organizar para atender as competências na busca dos objetivos.

Cristina Medeiros – IPECE acredita que a mudança no Decreto não vai acontecer, pois mesmo não havendo uma discussão como essa, a sua minuta foi enviada para todos por e-mail para revisão, análise e sugestões. Solicitou que o Avilton (SEPLAG) registrasse suas considerações por e-mail. Informou que não tem interesse de mudar o Decreto, visto que acabou de ser publicado, mas se for algo que seja imprescindível, pode-se pensar na possibilidade da mudança.

Hoilton Rios – FUNCEME questionou se passou por uma análise jurídica.

Cristina Medeiros – IPECE confirmou que sim pela Assessoria Jurídica da SEPLAG.

Hoilton Rios – FUNCEME informou que juridicamente o Decreto está em conformidade.

Cristina Medeiros – IPECE informou que o encaminhamento será revisar o regimento, alterar, levar em consideração o que foi discutido durante a reunião e encaminhar para o grupo para análise e aprovação.

#### **4. Publicação Manifestação de Interesse nos Sites**

Cristina Medeiros – IPECE informou que houve uma sugestão, depois de uma reunião interna no IPECE, de publicar a Manifestação de Interesse em todos os sites, incluindo o do IPECE, mesmo sendo publicado na SEPLAG. Na reunião interna, ficou de trazer essa discussão no grupo, mesmo sabendo que para o Banco Mundial uma maior publicação não tem nenhum problema.

#### **5. PGE: MI e Propostas**

Cristina Medeiros – IPECE informou que gostaria de discutir com a PGE sobre a publicação da Manifestação de Interesse sem o termo de referência e gostaria de discutir também a questão das três propostas.

Adauto Oliveira – SEPLAG informou que está preparando o processo e acha que seria importante repassar para o grupo qual deve ser o procedimento para publicar a manifestação de Interesse e quais são os documentos necessários que se deve encaminhar à PGE.

Fernando Grangeiro – PGE informou que durante a última reunião com a Especialista em Licitações ficou claro que pode publicar o termo de referência, junto com a manifestação de interesse, em forma de minuta.

Hoilton Rios – FUNCEME informou que é um procedimento arriscado, pois se elabora uma manifestação de interesse para uma minuta e de repente há uma mudança significativa no termo de referência. Informou também que em todos os projetos na qual trabalhou, sempre publicou a manifestação de interesse sem o termo de referência.

Paulo Miranda – SRH informou que o entendimento obtido na reunião com a Especialista em Licitação é que, não uma minuta deveria ser publicada junto com a manifestação de interesse e sim a manifestação seria publicada como um resumo, em linhas gerais, do que estaria sendo feito.

Fernando Grangeiro – PGE explicou que anteriormente a PGE não publicava o termo de referência, mas em virtude das dificuldades das empresas, de ter mais informações sobre o objeto que iria ser licitado, a Procuradoria entrou em contato com o Banco, tanto o BID como o BIRD e eles autorizaram publicar antecipadamente, pois, pelas diretrizes do Banco, só pode ser divulgado o termo de referência junto com a solicitação de propostas. Sendo assim, o entendimento é publicar para dar mais informações para que as empresas preparem seus portfólios. Informou que os documentos necessários para a publicação da manifestação de interesse são: Ofício do Secretário ou Dirigente ao Procurador-Geral solicitando a publicação da MI, a Minuta do Aviso da MI contendo todos os dados de acordo com o padrão, o arquivo na forma eletrônica e também o Termo de Referência se for o caso, lembrando que não é obrigatório e o processo formado por SPU/VIPROC. Informou ainda que quando do lançamento da SDP, é necessário ter o parecer jurídico, a intenção de gastos, a não objeção do Banco

Mundial (caso aplicável) e o Relatório de Avaliação dos Portfólios com a Lista Curta e outro processo com SPU/VIPROC referente à SDP. Explicou também que o intuito da PGE é dar celeridade aos processos de licitação, pois se for para esperar a conclusão do termo de referência, a elaboração do parecer jurídico, a minuta da SDP, e a emissão da não objeção do Banco, perde-se muito tempo.

Cristina Medeiros – IPECE resumiu que pela PGE pode-se lançar a manifestação de interesse sem a minuta do termo de referência e sem o parecer jurídico, como está previsto no atual fluxo. Solicitou então que a PGE revisasse o fluxo com essas opções para que seja enviado ao grupo.

Fernando Grangeiro – PGE informou que para comprovação das despesas reembolsáveis, o entendimento da Procuradoria é continuar solicitando as 03(três) propostas, para formar o preço das despesas reembolsáveis. Caso não seja possível conseguir as 03(três) propostas, a setorial deve elaborar uma justificativa assinada pelo responsável, que será avaliada pela Comissão de Licitação 04 e Auditoria Interna. Informou também que os salários/honorários dos consultores serão comprovados por meio de Tabelas Oficiais.

## **6. Cronograma de Reuniões**

Cristina Medeiros – IPECE informou que a próxima reunião do Comitê será realizada no dia 24 de julho de 2014.

## **II. ASSUNTOS RELEVANTES INFORMADOS PELA UGP**

### **1. Sumário do Cumprimento dos Indicadores**

#### **METAS 1º SEMESTRE 2014**

Cristina Medeiros – IPECE informou que as metas dos três indicadores do primeiro semestre de 2014 (tabela 1) foram cumpridas, conforme informações recebidas na UGP e que o recurso correspondente as mesmas já foi adiantado para o caixa do Tesouro no dia 26/12/13. Solicitou que CEDE, CAGECE, CONPAM, SEMACE, SHR e COGERH se preparem para receber o auditor que vai ser contratado pela CGE para validar o cumprimento dessas metas.

Paulo Roberto – CGE informou que o projeto de Auditoria Técnica desses indicadores para fins de desembolso foi encaminhado para a PGE com o termo de referência, não objeção do Banco, mas por sugestão da PGE, vai ser preciso fazer um complemento de informações e até amanhã será reenviado à PGE com a alteração para dar prosseguimento ao processo licitatório. Informou também que, se ocorrer dentro do que foi programado, na terceira semana do mês de agosto, o auditor já deverá estar em condições de verificar o cumprimento desses primeiros indicadores de desembolso. Sendo assim, ele vai fazer o trabalho de confirmação, naturalmente de forma qualitativa e detalhando o significado e as tendências, dentro da metodologia que será discutida com ele para a realização do trabalho.



Tabela 1- Metas 1º Semestre 2014

Tema	Nome do Indicador	Setorial	Meta	Status	Tipo Primário	Valor Desembolso US\$ Milhões
Crescimento Econômico	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação	CEDE	Comitê instituído pelo decreto	Decreto publicado em 16/06/2014	X	4.462.500,00
Sustentabilidade Ambiental	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	CAGECE	83,8%	84,22%	X	5.250.000,00
	Índice de qualidade da fiscalização ambiental	CONPAM	28%	96,60%	X	5.250.000,00
<b>TOTAL</b>						<b>14.962.500,00</b>

### METAS 2º SEMESTRE 2014

Cristina Medeiros – IPECE informou que para o segundo semestre existem dez indicadores (Tabela 2), sendo quatro com sinalização amarela, na qual já foram passadas para o Banco.

Avilton Júnior – SEPLAG informou que em relação ao indicador da SEPLAG '*Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos*', o termo de referência do projeto se trata de uma ação estratégica que envolve o estado como um todo e a sua elaboração, com essa magnitude não só pelo valor alto, como também pela retomada do planejamento de forma orientada para resultados, tinha que ter um cuidado e foram envolvidos diversos atores que participavam desse processo desde 2004 e outros que estavam no processo em 2009 e 2013 para contribuir na elaboração do termo de referência. Informou também que falta apresentar aos Secretários e a memória de cálculo está sendo finalizada.

Marilda Rocha – CEDE informou que o Comitê intersetorial já teve a sua criação publicada e hoje haverá a primeira reunião oficial para discussão do regimento interno como também o documento de estratégia.

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que o Comitê está dentro do planejado, o regimento já foi publicado e o plano de ação está sendo finalizado.

Carlos Rossas – CAGECE informou que a CAGECE está trabalhando forte para o cumprimento desse indicador na parte de conscientização ambiental, utilizando uma equipe de serviço social, uma vez que o recurso do FECOP ainda não foi disponibilizado. Informou também que na semana passada foi solicitada à Companhia preparar uma justificativa técnica para ser enviada ao FECOP para esclarecer a utilização do recurso. Relatou que o recurso não foi

efetivamente disponibilizado, tornando o cumprimento da sua utilização, prevista para o ano de 2014, comprometido.

Cristina Medeiros – IPECE questionou com o Edmundo Olinda (CIDADES) se a SCIDADES poderia articular e verificar o que está acontecendo.

Edmundo Olinda – CIDADES informou que havia um desentendimento entre a assessoria jurídica da Secretaria, mas houve uma reunião com o Secretário e ficou tudo resolvido.

Vera Coelho – SESA explicou que houve uma demanda, em relação às setoriais, para confirmar se tem a possibilidade da utilização do limite que está fixado nos projetos. Informou que em função de uma demanda do TCE, o recurso do FECOP para os projetos não devem ser compreendidos como recurso único, devendo ter um recurso a mais e por essa razão o Conselho está consultando as setoriais para verificar se os projetos têm co-financiamento com outros recursos. Aqueles que não o tem, precisa elaborar uma justificativa explicando o por que.

Francisco Robério – COGERH informou que em relação ao Plano de Segurança Hídrica, aguarda-se a aprovação do MAPP, pois não há fundos para prosseguir com os trabalhos.

Cristina Medeiros – IPECE informou que o Secretário Eduardo Diogo pediu para que fosse verificado se haveria a possibilidade de ser financiado pela assistência técnica, visto que sempre, em algum projeto, tem alguma sobra. Essa sugestão foi colocada no dia da reunião do Comitê de Segurança Hídrica, realizada no dia 16/06/2014, juntamente com o Banco, na presença dos Especialistas Gunars Platais e Erwin De Nys. Informou também que foi conversado com Adahil Sena (COGERH), mas ele ainda queria insistir com o Presidente da COGERH. Anunciou que, como encaminhamento, entrará em contato com o Adahil Sena (COGERH) para que seja registrado por e-mail para que se possa prosseguir de outra forma.




Tabela 2 – Metas 2º Semestre de 2014

Tema	Nome do Indicador	Setorial	Meta	Status	Tipo		Valor Desembolso US\$ Milhões
					Primário	Secundário	
Gestão Pública	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos	TR revisado e enviado ao BM	X		6,198
	Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada		Aprovação da metodologia	TR sendo elaborado	X		6,198
Crescimento Econômico	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação	CEDE	Documento de estratégia finalizado	Comitê Criado discutindo Documento	X		6,198
	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	27,8	As informações da RAIS de 2013 ainda não foram disponibilizadas		X	




Tema	Nome do Indicador	Setorial	Meta	Status	Tipo		Valor Desembolso US\$ Milhões
					Primário	Secundário	
Redução da Pobreza	Criação e funcionamento do multisetorial do Comitê Consultivo ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)	<b>SEPLAG</b>	Duas resoluções publicadas	Uma resolução publicada em 03/04/2014		x	
	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	<b>CAGECE</b>	84.3%	84,22%	x		6,198
Sustentabilidade Ambiental	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	<b>CONPAM</b>	40%	96,60%	x		6,198
	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza	<b>COGERH</b>	62.7	67,81		x	
	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas		Termos de referência elaborados		x		
	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Proposta e consultas completos		x		
<b>Total</b>					5	5	30,99

Cristina Medeiros – IPECE explicou a importância das sinalizações e reforçou que dessa forma é possível monitorar e tomar decisões em cada situação.

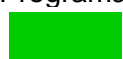


#### Indicadores

-  Probabilidade alta de atingir a meta
-  Probabilidade intermediária de atingir a meta
-  Probabilidade baixa de atingir a meta

#### Assistência Técnica

-  Realização do projeto dentro do Plano de Licitações
-  Realização do projeto com atraso de um dia
-  Realização projeto com atraso de mais de 3 meses

#### Programas

-  Execução do previsto orçado no período, conforme critérios acordados com Setorial
-  Execução de menos do previsto orçado no período, conforme critérios acordados
-  Nenhuma Execução

## 2. Sumário dos Programas PforR

Cristina Medeiros – IPECE informou que a sinalização é em função das regras combinadas nas reuniões anteriores e sabe-se que o valor total não vai ser executado até o final de 2014, mas o Banco deu flexibilidade.

Tabela 3 Programas do Escopo PforR

Acompanhamento dos Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará - Maio 2014										
Setorial	Programa	Iniciativa	Previsão (R\$ milhões)			Realizado 30/05/14	Realizado/ Previsto (%)	Farol		
			Projeto	2014	mai/14					
1	SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	1	00328	327,53	105,78	38,47	31,42	82%	
			2	00771	156,87	25,30	8,44	12,79	152%	
			3	00834	126,28	1,70	0,57	4,06	596%	
2	STDS	050 - Assistência Social	4	03180	28,99	9,04	0,82	2,35	287%	
3	COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos (*)	5	05310	19,60	0,00	-	0,00	0,00%	-
	COGERH		6	05311	14,04	0,76	0,84	0,00	0,00%	
	SRH / COGERH		7	05273	18,84	0,00	-	0,00	0,00%	-
4	CIDADES/ CAGECE	032 - Saneamento Ambiental	8	02617	15,82	5,65	2,05	0,00	0,00%	
5	CONPAM	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais (**)	9	03104	15,12	0,00	-	0,00	0,00%	-
	SEMACE		10	04815	14,59	0,40	0,13	0,00	0,00%	
	SEMACE		11	02466	13,89	0,40	0,13	0,00	0,00%	
	SEMACE		12	05170	20,62	6,95	1,74	0,00	0,00%	
	SEMACE		13	05155	13,39	0,15	0,04	0,00	0,00%	
6	FUCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará.	14	02846	15,93	1,10	0,37	0,20	54,05%	
	FUCEME		15	02847	13,69	0,09	0,09	0,00	0,00%	
<b>Total</b>			<b>15</b>		<b>815,20</b>	<b>157,32</b>	<b>53,69</b>	<b>50,82</b>	<b>72,85%</b>	

(\*) Será enviado NT para o BM solicitando que os valores das Iniciativas 05310 (R\$ 6,5) e 05311 (R\$ 0,97) sejam modificados para refletir o MAPP 88 e 155 e o saldo (R\$ 26,16) transferido para a iniciativa 05273 que totalizará R\$ 45,04.

(\*\*) Foi enviado NT para o BM solicitando a modificação dos valores das iniciativas, conforme segue: 04815: R\$ 1,70; 02466: R\$ 1,70; 05170: R\$ 26,44; 05155: R\$ 0,70.

Cristina Medeiros – IPECE informou que as restrições para a execução dos Programas (Tabela 3) estão novamente na apresentação para que não sejam esquecidas. Informou também que hoje foi realizada uma reunião com Marcos Medeiros e Naiana Corrêa (SEPLAG) e a SEPLAG ficou de enviar para a PGE, a lista das dotações orçamentárias. Seguem as restrições:

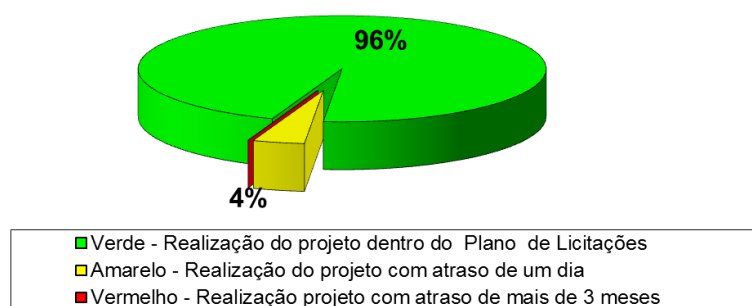
- ✓ Devem excluir despesas que são financiadas pelo próprio BIRD ou por outras operações de crédito, ou seja, não é permitida a alocação de recursos do BIRD ou outras operações de crédito para custear despesas dos programas e iniciativas do componente I. Com exceção do disposto no item abaixo.
- ✓ Verificar a lista negra do BIRD a cada licitação, antes de assinar contrato. Para atender o Art. 42 da Lei 8.666/93 a SEPLAG incluirá no orçamento de cada ação um valor na fonte 69;
- ✓ Não podem apresentar impacto sócio ambiental negativo;
- ✓ Os valores dos contratos não podem exceder os limites abaixo:
  - Obras – inferior a US\$ 50 milhões
  - Bens – inferior a US\$ 30 milhões
  - Sistemas de TIC – inferior a US\$ 20 milhões
  - Consultorias – inferior a US\$ 15 milhões.

Fernando Grangeiro – PGE informou que em relação às ações do Projeto *PforR*, é importante que os projetos já saiam das setoriais com a discriminação da ação, pois torna o trabalho da PGE mais fácil.

### 3. Sumário Realização dos Projetos de Assistência Técnica

Cristina Medeiros – IPECE passou a apresentar a posição de 24/06/2014 dos Projetos de Assistência Técnica, explicando que dos 49 projetos 47 estão com a execução conforme o Plano de Licitação e 2 estão com atraso de um, conforme apresentado no Gráfico 1.

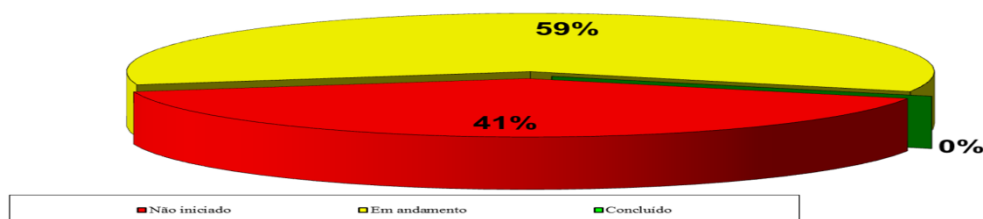
Gráfico 1 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos



Sinalização	Setorial com o número do Projeto
Verde - Realização do projeto dentro do Plano de Licitações	<b>47 PROJETOS:</b> ARCE, CEDE, CGE (1,2,3,4,5), CONPAM (1,2,3,4,5,6), FUNCEME, IPECE (1,2,3,4,5,6), PGE, SECITECE (1,2,3,4,5), SEDUC (1,2,3,4,5,6,7), SEMACE, SEPLAG (1,2,4,5,6,7,8,9), SESA, SRH (1,2), STDS
Amarelo - Realização do projeto com atraso de um dia	<b>2 PROJETOS:</b> SEPLAG (3), SRH (3)
Vermelho - Realização projeto com atraso de mais de 3 meses	

Cristina Medeiros – IPECE passou a explicar que em relação aos estágios dos processos licitatórios, dos 49 Projetos de Assistência Técnica (posição de 24/06/2014), 20 não iniciaram e 29 estão sendo executados, conforme apresentado no Gráfico 2.

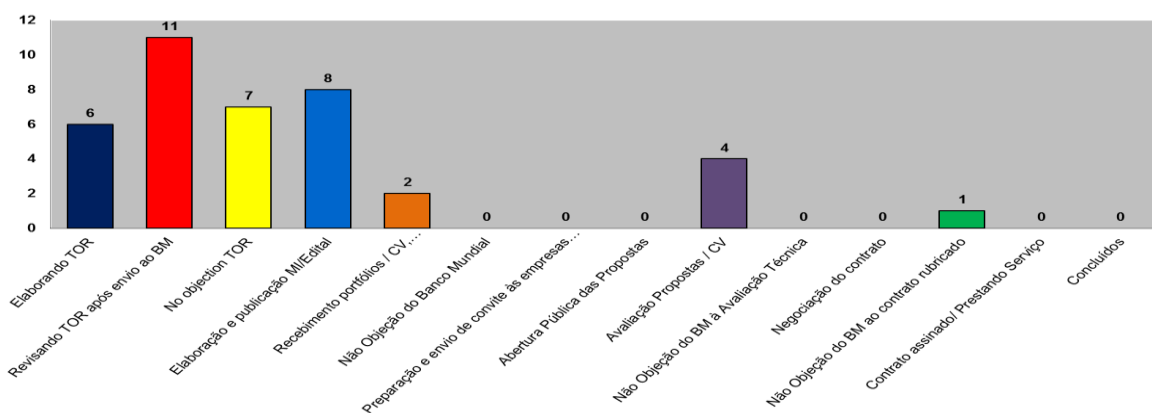
Gráfico 2 - Estágio dos Processos Licitatórios



20 Não Iniciado	CEDE, CGE (2,3,4,5), IPECE (2,4,6), SECITECE (4), SEDUC (2,3,4,5), SEPLAG (1,2,5,6,7,8,9)
29 Em andamento	ARCE, CGE(1), CONPAM(1,2,3,4,5,6), FUNCEME, IPECE (1,3,5), PGE, SECITECE (1,2,3,5), SEDUC (1,6,7), SEMACE, SEPLAG (3,4), SESA, SRH (1,2,3), STDS, TCE

Cristina Medeiros – IPECE informou também que dos 29 projetos em andamento tem-se 39 termos de referência na qual, 6 estão Elaborando o Termo de Referência, 11 estão revisando os termos após revisão do Banco, 7 estão aguardando a não objeção do Banco, 8 na fase de Elaboração e publicação MI/Edital, 2 estão na fase de recebimento portfólios, CV, Preparação Lista Curta e SDP, 4 com avaliação de propostas e CV e 1 aguardando a não objeção do BM à minuta do contrato rubricado, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3 - Projetos em Andamento



Etapas	Setoriais
Elaborando TR	SECITECE (1,3), SEDUC (6,7), SESA, SRH (3)
Revisando TR após envio ao BM	CONPAM (2,4), FUNCEME, IPECE (5), PGE, SECITECE (2,5), SEDUC (1,6), SEMACE, SRH (2)
Não Objeção ao TR	CONPAM (5,6 - com 3 TdR), IPECE (3), SEMACE, SEPLAG (4)
Elaboração e publicação MI/Edital	CGE (1), CONPAM (1,3), SEPLAG (3), STDS (com 2 TdR), TCE (com 2 TdR)
Recebimento portfólios / CV, Preparação Lista Curta e SDP	ARCE, SRH (1)
Avaliação Propostas / CV	SEDUC (com 4 TdR)
Não Objeção do BM ao contrato rubricado	IPECE (1)

### III. MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS, INDICADORES E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR SETORIAL – POSIÇÃO EM MAIO 2014

Cristina Medeiros – IPECE informou que não passará os slides por setorial, pois esse trabalho foi realizado no começo do mês com a Missão do Banco Mundial. Por essa razão foi elaborada a estatística na qual apresenta o entendimento global de como está o andamento do projeto. Informou também que os encaminhamentos foram anotados e reforçou que vai entrar em contato com as setoriais para a realização de uma reunião, onde será discutido o Plano de Ação.

Vera Coelho – SESA registrou que, durante uma reunião ocorrida na direção da Secretaria, foi decidido o cancelamento do projeto de assistência técnica. Informou que após a elaboração do orçamento, o Banco não acatou em assumir as despesas, somente as que seriam para o

pagamento do Consultor, definição de metodologia e grade curricular e a direção da Secretaria compreendeu que não tinha interesse se o recurso fosse só para esses três elementos citados, visto que a própria Secretaria da Saúde tem corpo técnico para fazê-lo.

Cristina Medeiros – IPECE solicitou que essa informação fosse enviada oficialmente para a UGP e em seguida iria repassar essa informação para o Banco.

#### **IV. ENCAMINHAMENTOS**

1. UGP irá contatar Setoriais para marcar VC com Especialista Alberto Costa sobre Plano de Ação – itens de salvaguarda Social;
2. Setoriais (CEDE, CAGECE, CONPAM, SEMACE, SRH/COGERH) preparar informações para visita do Auditor contratado pela CGE para validação do cumprimento dos indicadores do primeiro semestre de 2014;
3. Confirmar com a PGE (Célula 04):
  - ✓ Necessita das três propostas para basear o valor médio de cada um dos itens das despesas desembolsáveis;
  - ✓ Não tem objeção a publicação da Manifestação de Interesse (MI) sem o Termo de Referência;
  - ✓ Revisar o fluxo das etapas da licitação para incluir a opção acima;
  - ✓ Não tem objeção que as MI sejam também publicadas nos sites das respectivas setoriais licitantes e do IPECE.
4. Modificar o Regimento Interno de acordo com as discussões e enviar ao grupo.

Cristina Medeiros – IPECE finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

#### **V. ANEXOS**

Anexo 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações Mensais

# Anexo 1



### Gráfico da Participação por Setorial

